

ESTADO DA BAHIA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ

São Sebastião do Passé - BA 13.167.503/0001-06

Solicitação / Reserva de Dotação

OUTUBRO/2020

Tipo: Demais Processos Situação: Aprovada SOLICITANTE

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Responsável: NADJA NAIRA SILVA OLIVEIRA Cadastrado por: REBECA ADRIELLE SERRA SOARES

Aprovado por: Ailda Cerqueira Teixeira da Silva

Ped. Compra: Não

SD Nº: 469 / 2020

Data: 26/10/2020

Reservado: 48.400,00

Processo:

Reg. de Preço: Não

CLASSIFICAÇÃO

Órgão:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unid. Orçamentária:

0606 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função:

10 Saúde

SubFunção:

122 Administração Geral

Programa:

0007 MAIS SAÚDE

Ação:

33903000 Material de Consumo

Natureza de Despesa: SubElemento:

33903099 Material de Consumo - Outros

Fonte:

0114000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

6000 GESTÃO DAS AÇOES DE ENFRENTAMENTO COVID -19

Centro Custo:

Base Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA.

Justificativa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI'S, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉBA, NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID19).

Produto/Servico 672 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

Qtd. Und. 1.00 MS

Estimado

48.400,00

Totaľ

48.400,00

Valor Reservado:

48.400,00

SECRETARIO MUNICIPAL Mat.404511

Essa despesa foi devidamente reservada

Autorizo a solicitação da despesa

Solicitada:

26/10/2020

Aprovada

26/10/2020

A TEIXEIRA DA SILVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2020

4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 069/2020

VALOR

Origem: CHAMADA PÚBLICA 002/2020

Contratante: Município de São Sebastião do Passé - Fundo Municipal de

Saúde.



DESPACHO

Com efeito, ante a solicitação pleiteada pela Secretaria de Saúde, cujo objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ – BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)— LOTE 04.. Autorizo à Comissão Permanente de Licitação a proceder todos os atos administrativos necessários ao atendimento da solicitação contida neste documento, encaminhando-se o processo para parecer jurídico. Após retorne-me para deliberação final.

São Sebastião do Passé, 26 de Outubro de 2020.

BRENO KONRÁD MEIRA MOREIRA PREFEITO MUNICIPAL .



CONTRATO nº069/2020 - SMS

CONTRATO DE nº 069/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSE - BA E A EMPRESA OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS -EIRELI.

O Município de São Sebastião do Passé, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.167.503/0001-06, com sede na Praça Coronel Luis Ventura, s/n, Centro — São Sebastião do Passé, Bahia, representado pelo Prefeito Municípal, Sr. Breno Konrad Meira Moreira, assistido pela Secretária Municípal de Saúde a Sra. Nadja Naira Silva Oliveira, aqui denominado CONTRATANTE, e EMPRESA OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS - EIRELI, pessoă jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.398.142/0001-02, com sede na Praça João Thiago dos Santos, nº297, Centro — Lauro de Freitas — Ba, CEP: 42.702-710, E-mail: Vagner@officermaq.com.br, aqui representada pelo Sr. Vagner Leus de Santana, brasileiro, inscrito no CPF sob o Nº 969.831.595-00 e RG.: nº 8.699.970-25 - SSP/BA, aqui denominado CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, nos termos do procedimento licitatório — CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Municipal 03/2006, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem.

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIs, em caráter emergencial, visando suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião do Passé BA, resultante do estado de emergência na saúde pública, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19)— Lote 04.
- 1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 1.3 'Ficam também fazendo parte deste CONTRATO, as normas vigentes, as instruções, as Ordens de Fornecimentos e, mediante aditamento, qualquer modificação que venha ser necessária durante sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor e Forma de Pagamento

- 2.1 O valor do presente contrato será de R\$96.800,00(Noventa e sels mil e oltocentos reals), conforme descritos abaixo e definido nas propostas apresentada pela licitante vencedora;
- 2.2 No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transporte, taxas, impostos e outros relacionados com a prestação dos serviços;
- 2.3 O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias após a entrega/fornecimento do material e aceitação do responsável pelo recebimento dos produtos;
- 2.3.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os materiais fornecidos a que se referir,
- 2.4 Os valores acima deverão ser pagos a CONTRATADA através de transferência bancária para a Corrente: 25.769-6, da Agência: 1599, Banco nº 341 ITAÚ;
- 2.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei nº 4320/64;
- 2.6 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida;
- 2.7 O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título the forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual;
- 2.8 A contratante em hipótese nenhuma efetuará pagamento de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondente ao atraso por parte da contratada, na apresentação das faturas corretas;
- 2.9 Obriga-se a Contratada, nos termos do Artigo 55, Inciso XIII da Lei 8,666/93, manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação;
- 2.10 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de muitas, importâncias correspondentes a:

Bum A



I - débitos a que tiver dado causa.

II - despesas relativas à correção de eventuais falhas.

III - dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro e do Resiuste:

- 3.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93 será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela CONTRATADA, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual;
- 3.2 O valor do serviço será atualizado pelo IPCA, de acordo com o reajuste determinado pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo de Entrega

- 4.1 Os fornecedores deverão entregar os itens no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da Ordem de fornecimento acompanhada da respectiva Nota de Empenho;
- 4.2 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material formecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização desse material;
- 4.3 Os materiais serão entregues no local indicado pela Secretaria de Educação;
- 4.4 Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados.

CLÁUSULA QUINTA - Do Prazo

- 5.1 O prazo de vigência deste contrato será até 30/07/2020.
- 5.2. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e înstrumentalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos Orçamentários

6.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

CLÁUSULA SÉTIMA - Responsabilidade das Partes

7.1 Obrigações da CONTRATADA:

- a) Assinar o contrato mantendo durante a sua vigência todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pela CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020;
- c) Observar e respéltar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao fornecimento prestado;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes ao objeto tais como: embalagem, montagem, transporte, fretes, seguros, taxas, impostos e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento contratados;
- e) Atender ao objeto ora contratado, de acordo com os prazos e condições aqui estabelecidos;
- f) Executar o fornecimento de acordo com as nomas estabelecidas no Edital;

Ruma

)

2



- Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação à CONTRATANTE com relação aos mesmos;
- h) Arcar com todo e qualquer ônus resultante das obrigações fiscais e dos encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da contratação para o fornecimento pactuado;
- i) Cumprir todas as Ordens da Fornecimento integralmente, sob pena de rescisão unilateral contratual e aplicação das demais sansões aplicáveis;

7.2 Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Notificar por escrito à CONTRATADA, da aplicação de eventuais muitas, de notas de débitos e da suspensão do Fornecimento;
- Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor/comissão competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- c) Efetuar os pagamentos decorrentes desta contratação nos prazos e condições previamente definidos;
- d) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado de forma que sejam mantidas todas as condições estipuladas no edital;
- e) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital;

CLÁUSULA OITAVA - Da Cessão ou Transferência

8.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte sem previa e expressa anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - Das sanções por inadimplemento

- 9.1 A licitante que não assinar o termo de contrato dentro do prazo, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, faihar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo e das demais cominações legais.
- 9.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceltar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93. A recusa injustificada da Contratada em assinar o termo de contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.
- 9.3 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuizo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:
- 9.3.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.
- 9.3.2 Multa por atraso imotivado da execução do objeto do contrato, nos prazos abaixo definidos:
 - a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços/Fomecimento, limitadas a 20% do valor da fatura;
 - b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;
 - c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por día de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.
- 9.3.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;
- 9.3.3 Suspensão com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abalxo:
 - a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinzo) dias;

2 P



- b) de até 02(dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.
- 9.3.4 Suspensão de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:
 - a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato; multa de 10% a 20%;
 - b) paralisar a execução do objeto do contrato, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%:
 - c) fornecer o objeto em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de feferência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- 9.5.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 10.1.3 e 10.1.4.
- 9.6 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta;
- 9.7 Declaração de inidoneidade para lícitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada;
- 9.8 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ:
- 9.9 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela súa diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, aínda, cobrada judicialmente;
- 9.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;
- 9.11 As sanções previstas na Cláusula Décima Primeira deste Contrato são de competência exclusiva do titular do MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 10.1.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas;
- 9.12 Os danos e prejuizos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de muita.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão

- 10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento;
- 10.2 O presente Contrato poderá ser rescindido pela contratante a qualquer tempo, na hipótese do não cumprimento pela Contratada de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas, previstas nos artigos 77 e 78 da Lel 8.666 de 21.06.1993, ficando ressalvado que a rescisão, nesse caso acarretará as consequências previstas no art. 80 dessa mesma Lei;
- 10.2.1 Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos II a XI e XV do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/1993, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização;
- 10.2.2 A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Da Fiscalização

11.1 A CONTRATANTE, através dos técnicos do setor solicitante, fica investida dos mais amplos poderes para fiscalizar toda a execução do objeto, impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Recebimento

12.1 O recebimento dos serviços/formecimento será efetuado pela CONTRATANTE, da seguinte forma:

Rusue ?

4



- a) Provisoriamente, mediante assinatura de recebimento na nota fiscal;
- b) Definitivamente, depois de realizada a verificação que comprove a especificação dos materiais em até 15 (quinze) dias.
- 12.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto à qualidade do formecimento, devendo ser devolvidos os materiais quando ficar evidenciado a existência de irregularidades, independentemente da aplicação das sanções previstas.
- 12.3 Esgotado o prazo de recebimento provisório sem qualquer manifestação do técnico responsável, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Disposições Gerais

- 13.1 A Proposta de Preços da CONTRATADA Será parte integrante deste contrato;
- 13.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.
- 13.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Sebastião do Passé, Bahia, para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e combinadas, as partes firmam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o presente Contrato, que segue ainda subscrito por duas testemunhas.

São Sebastião do Passé, BA, 18 de junho de 2020.

BRENO KONRAD METRA MOREIRA
PREFEITO

CONTRATANTE

NADJA NAIRA SILVA OLIVEIRA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS - EIRELI

CONTRATADA

Testemunhas:

5



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E GESTÃO PÚBLICA COMISSÃO PERMANENTE CENTRAL DE LICITAÇÃO

),TEM	DESCRIÇÃO LEOTE 04 DEFICERMÃO	UND	- QUÂNT.	VALOR I	VALOR TÖTAL
	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, ESTÉRIL TAM P C/100 ·C/TALCO	сх	400	44,00	17.600,00
2	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, ESTÉRIL TAM M C/100 C/TALCO	СХ	1.300	44,00	57.200,00
	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, ESTÉRIL TAM G C/100 C/TALCO	СХ	500	44,00	22.000,00
	A Water				96.800,00

ì.

1,



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2020

PROCESSO Nº. 157/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ — BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)— LOTE 04.

CONTRATADA: OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS - EIRELI

VALOR GLOBAL: R\$96.800,00(NOVENTA E SEIS MIL È OITOCENTOS REAIS)

PERÍODO: 42 DIAS

ÓRGÃO: 06 – SECRETARÍA MUNICIPAL DE SAUDE UNIDADE: 06.06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJEȚO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 18 DE JUNHO DE 2020.

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO

1

ŧ

Emergência Na Saúde Pública, Em Decorrência Do Novo Coronavírus (Covid-19)- Lote 01 E 03. Contratada: Abc Farma Material Hospitalar Eirell - Epp. Valor Global: R\$157,240,00(Cento E Cinquenta E Sete Mil, Duzentos E Quarenta Reais), Período: 42 Dias. órgão: 06 - Secretaria Municipal De Saude. Unidade: 06.06 - Fundo Municipal De Saúde. Projeto/Atividade: 10.122.0007.5000 - Gestão Das Ações De Enfrentamento Covid-19. Elemento De Despesa: 33.90.30 - Material De Consumo. Fonte: 02. Fonte: 14. Amparo Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO-DE-CONTRATO-N=69/2020

Dispensa De Licitação Nº 026/2020. Processo Nº 157/2020. Objeto: Aquisição De Materials De Epis, Em Caráter Emergencial, Visando Suprir As Necessidades Do Fundo Municipal De Saúde De São Sebastião Do Passé - Ba, Resultante Do Estado De Emergência Na Saúde Pública, Em Decorrância Do Novo Coronavirus (Covid-19)- Lote 04. Contratada: Officermaq Comércio De Máquinas Equipamentos - Eireli, Valor Giobair R\$95.800,00(Noventa E Seis Mili E Oltocentos Reals). Período: 42 Días, Órgão: 06 - Secretaria Municipal De Saúde. Unidade: D6.06 - Fundo Municipal De Saúde. Projeto/Atkidade: 10.122.0007.6000 - Gestão Das Ações De Enfrentamento Covid-19, Elemento De Despesa: 33.90.30 - Material De Consumo, Fonte: 02, Fonte: 14, Amparo Legal: Lei 8.666/93.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2020

Dispensa De Licitação Nº 026/2020. Processo Nº 157/2020. Objeto: Aquisição De Materiais De Epis, Em Caráter Emergencial, Visando Suprir As Necessidades Do Fundo Municipal De Saúde De São Sebastião Do Passe - Ba, Resultante Do Estado De Emergência Na Saúde Pública, Em Decorrência Do Novo Coronadrus (Covid-19)- Lote 02. Contratada: Top Vida Distribuídora Hospitaiar (tida. Valor Global: R\$281.744,00[Quentos E Oitenta E Hum Mill, Setecentos E Quarenta E Quatro Reais), Periodo: 42 Dias. Orgão: 06 - Secretaria Municipal De Saúde. Unidade: 06.06 - Fundo Municipal De Saúde. Projeto/Atividade: 10.122.0007.6000 - Gestão Das Ações De Enfrentamento Covid-19. Elemento De Despesa: 33.90.30 - Material De Consumo. Fonte: 02. Fonte: 14. Amparo Lezal: Lel 8.666/93. Legal: Lel 8,666/93.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2020

Dispensa De Licitação Nº 026/2020. Processo Nº 157/2020. Objeto: Aquisição De Materiais De Epis, Em Caráter Emergencial, Visando Suprir As Necessidades Do Fundo Municipal De Saúde De São Sebastião Do Passá - Ba, Resultante Do Estado De Emergéncia Na Saúde Pública, Em Decorrência Do Novo Coronavirus (Covid-19)- Lote 05. Contratada: Eletromed Eireli - Epp. Valor Global: R\$22,000,00 (Vinte E Dois Mil Reais). Período: 42 Dias, Órgão: 06 - Secretaria Municipal De Saúde. Unidade: 06.06 - Fundo Municipal De Saúde. Projeto/Atividade: 10.122,0007.6000 - Gestão Das Ações De Enfrentamento Covid-19. Elemento De Despesa: 33.90.30 - Material De Consumo. Fonte: 02. Fonte: 14. Ampro Legal: Lei 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DOURADA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2020

Atendendo a decisão da CPL torna público a Adjudicação e Homologação da TP 03/2020 Objeto: Construção da praça o 30 de maio, praça da 8 Bíblia e canteiros da rua Getúlio Vargas na seda do município, a favor de: Construtora Queiros Barbosa LTDA CNPI 18173919/0001-42. Lte 01 Vir Glob R\$ 361.076,42; Lte 02 Vir Glob R\$ 427.633,51; Lte 03 Vir Glob R\$ 181.257,12.

JOSÉ MILTON FROTA DE SOUZA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2020

Atendendo e decisão da CPL torna público a Adjudicação e Homologação da TP 06/2020 Objeto: Construção de um Centro Multidisciplinar Municipaí na sede, em favor de: Araújo Durães Engenharia LTDA CNPJ 11087577/0001-07 Valor Global R\$ 913.556,33.

JOSÉ MILTON FROTA DE SOUZA Prefeito

RESULTADO DE AULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2020

A CPL da PMSD torna publico o Resultado da Tomada de Preços 06/2020 Objeto: Construção de um Centro Multidisciplinar Municipal na sede deste municiplo. Sagrou vencedora: Araújo Durães Engenharia TDA CNPJ 11087577/0001-07 Valor Global R\$ 913.556,33.

RONEY ROBSON DOS SANTOS FLORES
Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO RAMALHO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2020

A Prefeitura Municipai de Serra do Ramaiho, através da CPL, torna público que no dia 27/07/2020, às 08:00hs, a CPL estará réunida na Sala de Reuniões da CPL, situada na Rua Acre, s/nş. Centro, Serra do Ramaiho/BA, para receber e iniciar a abertura dos envelopes "A" e "B", da licitação na modalidada TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020, Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de 04 (quatro) quadras pollesportivas descobertas completas visando atender às demandas de espaços para práticas esportivas nos povoados do Barreiro Grande, Agua Fria, Capão Preto e Pampu, zona rural de Serra do Ramaiho, menor preço por lote. O Edital estará disponível no Site do Município, Diário Oficial do Município e no Setor de Licitação.

MARIA APARECIDA MALAQUIAS DA SILVA Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020 - SRP

O Pregoeiro torna público aos interessados que realizará a lícitação: Modalidade: Pregão Presencial nº 029/2020 - Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) 13 kg e vasilhames. Sessão de Abertura: 22/07/2020, às 09:00h. Local: Rua Macário Ferreira, nº 517 - Centro - Serrinha/BA - Sala de Licitações. O edital poderá ser solicitado pelo e-mail pregoeiroserrinhaba@gmail.com ou através de download no sita https://www.ser/nha.ba.gov.br onde as demais publicações posteriores dos atos subsequentes estarão á disposição de qualsquer interessados. Informações: 75-32618500.

Serrinha-BA, 9 de julho de 2020. EMERSON ROSA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO MATO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020

Objeto: Contratação de empresas para fornecer o seguinte objeto: Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Unidades de Atenção Especializada em Saúde do município de Sito do Mato/BA. Abertura no dia 22.07.2020 às 10:000hs. Edital e seus anexos estão à disposição no Diário Oficial Próprio e na Prefeitura Municipal de Sitio do Mato/BA.

Sitio do Mato-BA, 9 de Julho de 2020 JONAS FERREIRA DAS NEVES Presidente de CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

AVISO DE REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2020

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 49. FICA REVOGADO o procedimento licitatório TOMADA DE PREÇOS N°.008-2020, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada, para realização de obras de paisagismo no trecho localizado à Av. Presidente Getulio Vargas (Posto Pioneiro/Escola Joaquim Muniz), neste município. A revogação se dá por razões de interesse público, conforme termo de revogação.

Teixeira de Freitas/BA, 9 de juiho de 2020. ALAN RODRIGUES PEREIRA Presidente da CPL

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 29/2020

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.979/20, Decreto . Municipal nº.406/20, Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.5020/02 e suas alterações, será realizado a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 029/2020 - tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 23/07/2020 às 03h:30min (Oito horas e trinta minutos) - horário local, objetivando a contratação de empresa especializada, para fornecimento de material de consumo (gêneros alimenticios), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, nas ações emergenciais de prevenção e enfrentamento da COVID-19. Aos interessados o Edital estará a disposição, junto a COPEL, situado à Rua Carlos Mostardeiro, 31 - Jardim Caraípe - Teixeira de Freitas - Bahla, das 08:00h às 12:00 hs. e no site HTTP://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "editais de licitação", "editais balxar".

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 30/2020

Em conformidade com o disposto na Lei Federai nº 13.979/20, Decreto Municipai nº.406/20, Lei Federai nº 8.666/93, Lei 10.5020/02 e suas alterações, será realizado a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 030/2020 - tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 23/07/2020 às 13h:30min (Treze horas e trinta minutos) - horário local, objetivando a contratação de empresa especializada, para fornecimento de material de consumo (EPI's - Material hospitalar), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, nas ações emergenciais de prevenção e enfrentamento da COVID-19. Aos Interessados o Edital estará a disposição, junto a COPEL, situado à Rua Carlos Mostardeiro, 31 - Jardim Caraipe - Telxeira de Freitas - Bahia, das 08:00h às 12:08 h, se no site HTTP://www.teixelradefreitas.ba.gov.br, "transparência", "editais de licitação", "editais balxar".

Teixeira de Freitas/BA, 9 de julho de 2020. ALAN RODRIGUES PEREIRA Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico SRP nº 8/2020, publicado no DOU de 9/7/2020, seção 3, pág. 140, onde se lê: Dia 6/07/2020 às 10h, lela-se: Dia 16/07/2020 às

(p/ Coejo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUCA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020

Objeto: Aquisição de Cesta Básica em 22/07/2026 às 09h (horário de Brasilia) por menor preço por lote. Edital disponível através do Portal: https://www.urucuca.ba.gov.br/site/licitacces ou na sede da Prefaitura Mûnicipal - Centro Administrativo Ruby Mancuso, Rua 'P', S/N, Bairro: Everaldo, Argolo Góas de segunda á sexta das 08:00 as 12:00 horas.

Uruçuca - BA, 9 de Julho de 2020. BRUNO LUIZ NASCIMENTO SOUZA Pregoelro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA FUNDAÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/2020 - FSVC

Tipo: Registro de preço/Menor preço por lote. Abertura: 23/07/2020 às 14h:30min hora de Brasília. Objeto: Aquisição de materiais de serralheria, conforme edital. Disputa e Edital: www.licitações-e.com.br. Inf.:(77)3420-6246. Mª de Fátima s. de Oliveira.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 32/2020 - FSVC

Tipò: Registro de preço/Menor preço por lote. Abertura: 27/07/2020 às 14h:30min, Hora de Brasilia. Objeto: Aquisição de Instrumentais cirúrgicos, conforme editai. Disputa e Editai: www.licitações-e.com.br. inf.:(77)3420-6246. Mª de Fátima s. de Oliveira.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2020 - FSVC

Tipo: Registro de preço/Menor preço por lote. Abertura: 24/07/2020 às 9:00h, hora de Brasilla. Objeto: Aquisição de material de marcenaria, conforme edital. Disputa e Edital: www.licitações-e.com.br. inf.:(77)3420-6246. Maria de Fátima S. de Oliveira.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/2020 - FSVC

Tipo: Registro de preço/Menor preço por lote. Abertura: 24/07/2020 às 14h:30min, hora de Brasília. Objeto: Aquisição de equipamentos e acessórios para refrigeração e climatização, conforme editai. Disputa e Editai: www.licitações-e.com.br. inf.:(77)3420-6246. Mª de Fátima S, de Oliveira.



ţ



MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ: 10.398,142/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:39:42 do dia 18/02/2020 <hora e data de Brasília>. Válida até 16/08/2020.

Código de controle da certidão: CD16.6EB5.6259.096B Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI (MATRIZ E

JUSTICA DO TRABALHO

FILIAIS)

CNPJ: 10.398.142/0001-02 Certidão nº: 17195229/2020

Expedição: 27/07/2020, às 08:35:48

Validade: 22/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que OfficermaQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 10.398.142/0001-02, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na; Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas, inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

10.398.142/0001-02

Razão Social:OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI

Endereço:

PC JOAO THIAGO DOS SANTOS 297 / CENTRO / LAURO DE FREITAS / BA

/ 42702-710

A Caixa #conômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:11/07/2020 a 09/08/2020

Certificação Número: 2020071102142930220254

Informação obtida em 27/07/2020 08:45:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Certidão Especial de Débitos Tributários

(Positiva com efeito de Negativa)

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20202120950

RAZÃO SOCIAL				
OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI				
INSCRIÇÃO ESTADUA	L	CNPJ .		
078.582.201		10.398.142/0001-02		

Fica certificado qué constam, até a presente data, as seguintes pendências de responsabilidade do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria, cuja exigibilidade encontra-se suspensa, emprestando à presente certidão Positiva o efeito de Negativa:

Processo(s) Administrativo(s) Fiscal(is): ICMS

910007.3236/19-0 - Inicial/DEFESA

910007.3237/19-7 - Inicial/DEFESA

Emissão: 24/07/2020 11:33 ³

910007.3238/19-3 - Inicial/DEFESA

910007.3239/19-0 - Inicial/DEFESA

910007.3240/19-8 - Inicial/DEFESA

Esta certidão engloba os débitos referentes a todos os estabelecimentos do contribuinte, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer outros débitos que vierem a ser apurados.

Emitida em 24/07/2020, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO CADASTRO MOBILIÁRIO

Certidão passada em cumprimento ao despachodo (a) Sr (a) Diretor (a) do Departamento de Receita e Arrecadação, datada em 27/07/2020, sob processo de no.

ì

Certificamos para os devidos fins de direito, que até a presente data a Pessoa Física / Jurídica OFFICERMAQ INFORM. COM. SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA., inscrita no CPF/MF ou CNPJ/MF soblo nº. 10398142000102, encontra-se quite com os tributos municipais referentes à inscrição municipal nº. 10005281.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa, quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, conforme estabelece o art. 301, §1°, da Lei n°. 1.572/2015; do Código Tributário e de Rendas do Município de Lauro de Freitas.

Certidão Emitida via WEB

Nada mais para constar, em firmeza de que eu, , lavrei a presente em 27/07/2020 08:54:33, a qual vall asssinada e conferida por mim, encerrada e subscrita pelo Diretor do Departamento de Receita e Arrecadação.

Código de Controle: 320974000037413120200727

Emitida via Internet, às 08:54:33 hs, do dia 27/07/2020

Validade: 90 dias.

OBSERVAÇÃO:

- A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: http://sefaz.laurodefreitas.ba.gov.br;

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº ***.

O Município de São Sebastião do Passé - BA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA, portador da carteira de identidade RG nº XXXXXXXXX, inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXXX, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pelo Secretário Municipal de Saúde o SRA. NÁDJA NAIRA SILVA portador do RG XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATADO. Todos devidamente qualificados neste Aditivo e no contrato originário. Processo Administrativo nºXXXXXXX e Convite

n°XXXXXX. CONSIDERANDO que permanecem os motivos ensejadores do contrato nºXXXXX, que ora é aditivado; CONSIDERANDO que o contrato, ora aditivado, tem por objeto a execução de serviços de forma continuada, sendo que a sua interrupção poderá dausar prejuízo para a Administração; CONSIDERANDO que de Aditivo não trará prejuízos para o Município, o que representa a observância ao princípio da èconomicidade: CONSIDERANDO que d Município de São Sebastião do Passé possuí os recursos Orçamentários para o cumprimento da execução do Aditivo: CONSIDERANDO o quanto contido no parecer da assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade do presente RESOLVEM Celebrar entre si, o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato n°XXXXXX, firmado em XX de ______ de XXXX cujo objeto é a , mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Este Segundo Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula Quinta - Do Prazo, do contrato nºXXXX, assinado em XX de _____ de XXXX, cujo objeto é a _____ CLÁUSULA SEGUNDA - DO VIGÊNCIA Decidem as partes, em comum acordo, prorrogar pelo prazo de XXX (XXXX) meses o prazo inicial do presente contrato. CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ÓRGÃO; XXXXXXXXX ATIVIDADE: XXXXXXXXXXXXXXXXXX NATUREZA: XXXXXXXXXXXXXXXX FONTE: XXXX FONTE: XXXXXXXXX CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as cláusulas e disposições do Contrato Originário, não modificadas por este E, por estarem justos el anuídos, assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas. São Sebastião do Passé, XX de _____ de XXXX.

NÁDJA NÁIRA SILVA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE SAÚDE

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO CONTRATANTE

CONTRATADO



DESPACHO

Dessarte, pelas razões emanadas da Assessoria Jurídica, as quais opinam pela plena viabilidade da alteração destacada, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MAŢERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ – BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)— LOTE 04. delibero pelo deferimento do termo aditivo, nos termos sugeridos pela Assessoria Jurídica.

Publique-se e Notifique-se a Contratada para assinatura do Termo competente.

São Sebastião do Passé, 28 de julho de 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA Prefeito Municipal



PUBLICADO Em, 29/07/2020 Daiane Vasconcelos do Carmo

Cód. - Mat. 19, 686

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2020

O Município de São Sebastião do Passé, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.167.503/0001-06, com sede administrativa na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - BA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Ilmo. Sr. Prefeito BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA, malor, capaz, residente e domiciliado na cidade de São Sebastião do Passé, assistido pelo Secretária Municipal de Saúde, a Sra. NÁDJA NAIRA SILVA OLÍVEIRA e a empresa OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS-EIREL, pessoa Jurídica de tireito privado, situado na Rua João Thiago dos Santos, nº 297, Centro — Lauro de Freitas -BA inscrito no CNPJ nº 10.398.142/0001-02, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Aditamento ao Contrato nº 069/2020 de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, aplicado supletivamente às disposições de direito privado e os princíplos da teoria geral do contrato, e

CONSIDERANDO que o aditivo não trará prejuízos para a Administração, o que représenta observância ao princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé, possui a integralidade dos recursos orçamentários para o cumprimento da execução do contrato;

CONSIDERANDO o quanto contido no parecer da assessoria Jurídica da Prefeitura que opina pela legalidade do presente Termo.

RESOLVEM celebrar entre si o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao contrato nº 069/2020, firmado em 18 de Junho de 2020, cujo objeto: Aquisição de Epi's para suprir as necessidades do Município de São Sebastião, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2020, tem por objetivo a prorrogação do prazo inicialmente contratado, pelo período de 42 dias, respeitando o prazo máximo previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Decidem as partes, em comum acordo, prorrogar pelo prazo de 42 dias o prazo inicial do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

As despesas para atender o objeto deste Termo Aditivo correrão no exercício de 2020, por conta das dotações orçamentárias previstas no contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas e condições constantes no Contrato original, sob nº 068/2020, ora Aditado, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em vigor.



E por estarem justos acordados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, para os efeitos legais.

São Sebastião do Passé, 29 de julho de 2020

NÁDJA NÁDJA ALDÁN SILVA OLIVEIRA

Secretária de Saúde

Prefeito Municipal

OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS

Contratada

Testemunhas:

1º Juliana Bueirez da losta 2º Jefferson des Sutes de Solva

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 097/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PÁSSE — BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVÍD-19)— LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS ÉQUIPAMENTOS EIRELI

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122,0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02° FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PRÉFEITO, EM 29 DE JULHO DE 2020

BRENO KONRAD METRA MOREIRA

São Sebastião do Passé



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PUBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 097/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÂTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) LOTE 04

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI.

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSÚMO

FONTE: 02 FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

-AMPARQ.LEGAL:LEL8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE JULHO DE 2020

BRÉNO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO

1

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: CFBJ7PIGGA22NYS95OKRIW

-Esta edição encontra-se no site oficial deste ente:-



PUBLICADO Em, 09/09/2020

Daiane Vasconcelos do Carmo Cód. - Mat. 19, 686

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2020

Município de São Sebastíão do Passé, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.167.503/0001-06, com sede administrativa na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastíão do Passé - BA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Ilmo. Sr. Prefeito BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA, maior, capaz, residente e domiciliado na cidade de São Sebastíão do Passé, assistido pelo Secretária Municipal de Saúde, a Sra. NÁDJA NAIRA SILVA OLIVEIRA e a empresa OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS-EIRELI, pessoa Jurídica de direito privado, situado na Rua João Thiago dos Santos, nº 297, Centro — Lauro de Freitas -BA inscrito no CNPJ nº 10.398.142/0001-02, doravante denominado CONTRATADA; resolvem celebrar o presente Aditamento ao Contrato nº 069/2020 de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 65 da lei nº 8.666/93, aplicado supletivamente às disposições de direito privado e os princípios da teoria deral do contrato, e

CONSIDERANDO que o aditivo não trará prejuízos para a Administração, o que representa observância ao princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé, possui a integralidade dos recursos orçamentários para o cumprimento da execução do contrato;

CONSIDERANDO o quanto contido no parecer da assessoria Jurídica da Prefeitura que opina pela legalidade do presente Termo.

RESOLVEM celebrar entre si o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao contrato nº 069/2020, firmado em 18 de Junho de 2020, cujo objeto: Aquisição de Epi's para suprir as necessidades do Município de São Sebastião, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas seguintes:

¢LÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO:

presente Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2020, tem por objetivo a prorrogação do prazo inicialmente contratado, pelo período de 42 dias, respeitando o prazo máximo previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

¢LÁUSULA SEGUNDA — DA VIGÊNCIA

Decidem as partes, em comum acordo, prorrogar pelo prazo de 42 dias o prazo inicial do presente contrato.

ÇLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ŲŅIDADE: 06.06 + FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 — MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

As despesas para atender o objeto deste Termo Adítivo correrão no exercício de 2020, por conta das dotações orçamentárias previstas no contrato original.

ÇLÁUSULA QUARTA — RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas e condições constantes no Contrato original, sob nº 068/2020, ora Aditado, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em vigor.



por estarem justos acordados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, para os efeitos legais.

São Sebastião do Passé, 09 de Setembro de 2020

SILVA OLIVEIRA

Secretária de Saúde

BRENOKONRAD MEIRA MOREIRA

Prefeito Municipal

VAGNER LEUS DE

VAGNER LEUS DE Assinado de forma digital por VAGNER LEUS DE SANTANA:96983159
SANTANA:96983159500
Dados: 2020,10.02 16:19:54 -03'00'
DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS Contratada

estemunhas:

ma Queirez da los la



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 116/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ — BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)— LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI.

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSÚMO

FONTE: 02 FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE SETEMBRO DE 2020

BRENO KONRAD MEIRA MORÉIRA

PREFEITO

Extratos de Contratos



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 116/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)- LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI.

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

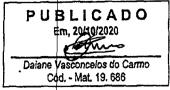
PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE SETEMBRO DE 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO





TOTAL TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2020

O Município de São Sebastião do Passé, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.167.503/0001-06, com sede administrativa na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - BA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Ilmo. Sr. Prefeito BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA, maior, capaz, residente e domiciliado na cidade de São Sebastião do Passé, assistido pelo Secretária Municipal de Saúde, a Sra. NÁDJA NAIRA SILVA OLIVEIRA e a empresa OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS-EIRELI, pessoa Jurídica de direito privado, situado na Rua João Thiago dos Santos, nº 297, Centro — Lauro de Freitas -BA inscrito no CNPJ nº 10.398.142/0001-02, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Aditamento ao Contrato nº 069/2020 de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, aplicado supletivamente às disposições de direito privado e os princípios da teoria geral do contrato, e

CONSIDERANDO que o aditivo não trará prejuízos para a Administração, o que representa observância ao princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé, possui a integralidade dos recursos orçamentários para o cumprimento da execução do contrato;

CONSIDERANDO o quanto contido no parecer da assessoria Jurídica da Prefeitura que opina pela legalidade do presente Termo.

RESOLVEM celebrar entre si o QUARTO TERMO ADITIVO ao contrato nº 069/2020, firmado em 18 de Junho de 2020, cujo objeto: Aquisição de Epi's para suprir as necessidades do Município de São Sebastião, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2020, tem por objetivo a prorrogação do prazo inicialmente contratado, pelo período de 42 dias, respeitando o prazo máximo previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Decidem as partes, em comum acordo, prorrogar pelo prazo de 42 dias o prazo inicial do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33,90,30 - MATERIAL DE CONSÚMO

FONTE: 02 FONTE: 14

As despesas para atender o objeto deste Termo Aditivo correrão no exercício de 2020, por conta das dotações orçamentárias previstas no contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas e condições constantes no Contrato original, sob nº 068/2020, ora Aditado, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

Pulu S



E por estarem justos acordados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vías de igual teor e forma, na presença das testemunhas, para os efeitos legais.

São Sebastião do Passé, 20 de Outubro de 2020

MÁDJA NAIRA SILVA OLIVEIRA

Secretária de Saúde

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA

Prefeito Municipal

OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS

Contratada

Testemunhas:

ofuliana Queliraz da Kasta

20 Tefferion os Sontos do Sela



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020-

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 125/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ — BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)— LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI.

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 02 FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 20 DE OUTUBRO DE 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO

RUSE



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 125/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)- LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI.

UNIDADE: 06.06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
.PROJETO/ATIVIDADE: 10.122,0007.6000 – GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 02

FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 20 DE OUTUBRO DE 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO



MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil Procuraçoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: OFFICERMAC COMERCIQ DE MAQUINAS EQUIRAMENTOS EIRELI CNPJ: 10,398.142/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda. Nacional cebrar e inscrever quaisquer dividas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que y lerem a ser appradas, é cettificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigipilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.472, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (GTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) debitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da bertidão negativa.

Esta certidão é valida para o estabelecimento matriz e suas filiais es no caso de ente tederativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração difeta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abratige inclusive as contribuições sociais previstas nas alineas a es do da parágrafo único do an. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação deste certidão está condicionada à vertificação de sua autenticidade πα internet, nos endereços http://fib.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratultamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1,751, de 2/10/2014. Emitida às 16:02:36 do dia 17/08/2020 Chora e data de Brasilia>. Válida até 13/02/2021,

Código de cantrole da certidão: 86FC,42A6.EDA3.397D Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimur



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.398.142/0001-02

Razão Social: OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI

Endereço: PC JOAO THIAGO DOS SANTOS 297/ CENTRO/ LAURO DE FREITAS/ BA/ 42702-710

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

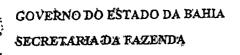
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2020 a 12/11/2020

Certificação Número: 20201014015723876527

Informação obtida em 14/10/2020 14:34:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Emissão: 16/09/2020 16:38

Certidão Especial de Débitos Tributários

(Positiva com efeito de Negativa)

(Emitida para os efejtos dos áris. 113 e 114 da Lei 3,956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahila)

Certidão Nº: 20202659614

RAZÃO SOCIAL				
officermaq comercio de maquinas equipamentos eireli				
Inscrição Estadual	CNPJ			
078.582.201	10.398.142/0001-02			

Fica certificado que constam, até a gresente data, as seguintes pendencias de responsabilidade do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos administrados por esta-Secretaria, cuja exigibilidade encontrase suspensa, emprestando a presente certidão Positiva o efeito de Negativa:

Processo(s) Administrativo(s) Fiscal (is) : ICMS

910007.3236/19-0 - Inicial/DEFESA

910007.3237/19-7 - Inicial/DEFESA

910007.3238/19-3 - Inicial/DEFESA

910007.3239/19-0 - Inicial/DEFESA

910007.3240/19-8 - Inicial/DEFESA

Esta certidão éngloba os débitos referentes a todos os estabalecimentos do contribuinte; inclusive os inscritos na Dívida Ativa; de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Balhia cobrar qualsquer outros débitos: que vierem a ser aporados.

Emitida em 16/09/2020, conforme Porteria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSRETORIAS PAZENDÂRIAS OU VIÀ INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.gefaz-ba.gov.bt

Vălida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Faderal do Ministêrio da Fazenda;



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICIPIO CÁDASTRO MOBILIÂRIO

Certidão passada em cumprimento ao despacho do (a) Sr (*) Diretor (a) do Departamento de Recetta e Arrecadação, datada em 24/08/2020, sob processo de nº

Oertificames para es devidos fins de direito, que até a presente data a Pessoa Física / Jurídica OFFICERMAQ INFORM. COM. SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CPF/MF ou CNPJ/MF sob o nº. 10398142000102, encontra-se quite com os tributos municipais referentes à inscrição municipal nº. 10005281.

Fiça ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa, quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, conforme estabelece o art. 301, §1°, da Lei n°. 1.672/2015 do Código Tributário e de Rendas do Município de Lauro de Freitas.

Certidão Émitida via WEB

Nada mais para constar, em firmeza de que eu, , lavrel a presente em 24/08/2020 09:23:18, a qual val asssinada e conferida por mim, encerrada e subscrita pelo Diretor do Departamento de Receita e Arrecadação.

Código de Controle: 320974000037700720200824 Emitida via Internet, és 09:23:18 hs, do dia 24/08/2020 Validade: 90:dias.

OBSERVAÇÃO:

- A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de suá sultenticidade na internet, no endereço: http://sefaz.laurodefreitas.ba.gov.br;

- Qualquer rasura ou emenda învalidară este documento,



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 10.398.142/0001-02 Certidão nº: 13275034/2020

Expedição: 08/06/2020, às 16:58:16

Validade: 04/12/2020 ~ 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.398.142/0001-02,. NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ SETOR JURÍDICO

Requerente: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ-BA.

Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ADITIVO DE PRAZO E PREÇO. CONTRATO Nº 069/2020. Lei Federal nº 13.079/2020. ATÉ O LIMITE DE 50%. POSSIBILIDADE.

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada a esta Assessoria Jurídica que versa sobre a viabilidade jurídica e as condições necessárias para a realização de aditivo de contrato de preço e prazo com empresa especializada para fornecimento de material de EPI'S, em caráter emergencial, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Sebastião do Passé/BA.

Versa o presente parecer sobre solicitação acerca de aditamento de prazo do Contrato nº 069/2020, firmado por este Município com a OFFICERMAQ COM. DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI que tem por objeto o fornecimento de material de EPI's visando atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde do Múnicípio de São Sebastião do Passé em decorrência do estado de emergência em saúde pública decretado — COVID 19.

Em breve síntese, este é o relatório.

II – CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSULTA:

Esta manifestação limita-se a tecer considerações abstratas, sem, porém, significar esmaecimento do vigor característico de um parecer. Compete, por assim ser, expressar que não existem respostas prontas ou soluções acabadas. Inúmeras situações e circunstâncias, conquanto possam ser previsíveis, comportam melhor desenlace por ocasião do exame concreto.

1

II.1 – PRORROGAÇÃO PRAZO ATÉ O LIMITE DE SESSENTA MESES.

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
.(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 20 <u>Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e</u> previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Grifos nossos

Da análise dos dispositivos legais retro, em consonância com os fatos narrados pela Consulente, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, inciso II, §2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Ademais, nota-se que referido contrato vem sendo cumprido sem qualquer prejuízo à Administração, visto que os serviços vêm sendo executados regularmente conforme noticiado na justificativa inclusa.

Áinda sobre a possibilidade de prorrogação da vigência de contratos, traz-se à colação o entendimento do Tribunal de Contas da União, em que se assevera:

- "(...) é necessário que toda e qualquer prorrogação de prazo contratual observe, no mínimo, os seguintes pressupostos:
- existência de previsão para prorrogação no edital ou no contrato;
- objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;

- interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;
- vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo

administrativo;

- manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
- preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

Não se prorroga contrato com prazo de vigência expirado, ainda que por um dia apenas. Celebra-se novo contrato

Face ao exposto, cumpre o dever de observar as condições necessárias à prorrogação contratual de modo que a prazo total de vigência não ultrapasse o previsto em lei.

Convém ressaltar que se entende por duração ou prazo de vigência o período em que os contratos firmados produzem direitos e obrigações para as partes contratantes.

Assim sendo, a vigência é cláusula obrigatória e deve constar em todo contrato, instrumento esse que só terá validade e eficácia após assinado pelas partes contratantes e publicado seu extrato na imprensa oficial.

Ainda no que tange à cláusula de vigência contratual, convém lembrar a impossibilidade de celebração de contratos administrativos com vigência indeterminada ou de inclusão de cláusulas de prorrogação automática, em razão da manifesta ilegalidade de tais práticas.

Pois bem, a lei estabelece que os contratos têm sua vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários, em observância ao princípio da anualidade do orçamento.

Sendo assim, os contratos, geralmente, deveriam vigorar até 31 de dezembro do exercício financeiro em que foi formalizado, independentemente de seu início. Em alguns casos, no entanto, os contratos podem ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

Dessa forma, levando-se em conta o que dispõe o artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e em conformidade com a previsão contratual, a prorrogação de vigência para os contratos de serviços continuados poderá ser realizada desde que sua duração total não ultrapasse 60 (sessenta) meses.

Assim, recomenda-se que a autoridade atente para tais prazos quando da celebração do termo aditivo que tenha por objeto prorrogar a vigência contratual, bem como adote controles eficazes quanto à verificação da vigência dos contratos em curso.

Vale destacar que, tanto no âmbito da Lei Federal nº 8.66/1993, como da Lei Federal nº 13.9769/2020, a obrigação do contratado de aceitar as imposições unilaterais da Administração está condicionada à manutenção das mesmas condições de execução. Assim, salvo a própria modificação, nenhum esforço adicional ao que foi inicialmente ajustado lhe será exigido.

A Lei Federal nº 13.979/2020 ainda condiciona a possibilidade de a Administração contratante valer-se do limite de 50% (cinquenta por cento) à correspondentes previsão em edital e/ou contrato, medida que privilegia a segurança jurídica e a boa-fé contratual, considerando as circunstâncias especiais em que a contratação é celebrada.

Com efeito, diante das condições que lhe são próprias nesse ambiente da pandemia, o contratado poderá escolher entre contratar ou não, ciente de que isso poderá representar uma redução ou um acréscimo expressivo nos valores inicialmente contratados. De outro modo, tenho dado ao contratado essa opção, a Administração estará em posição ideal para exigir o cumprimento das respectivas obrigações.

É importante observar que, as solicitações que representam ônus de execução maior do que o inicial quantitativa ou qualitativamente não são poucas as

Importante destacar que, se, em situações normais, eventos impeditivos caracterizadores do caso fortuito e da força atuam como excludentes de obrigações, isso também se aplica durante o período de pandemia. Isso significa que, não obstante a previsão contratual para as alterações unilaterais, com as quais, a rigor, o contratado previamente já consentiu, há chances de a pretensão administrativa restar insatisfeita sem que o contratado possa ser responsabilizado por isso.

O art. 4°, em sua alínea I, da Lei 13.979/20, acrescentado pela Medida Provisória n. 926/2020 publicada em 20 março de 2020, estabelece:

"Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato."

Depreende-se da leitura do dispositivo retro mencionado qué a norma aplicar-se-á aos contratos celebrados com base na Lei federal nº 13.979/2020 e não será aplicada aos contratos administrativos firmados antes da Pandemia. Ainda, o limite de 50% (cinquenta por cento) poderá ser aplicado como acréscimo ou supressão, aplicando-se as modificações que aumentarem ou diminuírem o valor do contrato, sendo, necessário, para tanto, a previsão no edital ou no termo do contrato.

IV – CONCLUSÃO:

Em face do exposto, uma vez que o órgão assessorado siga as orientações acima exaradas, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, prorrogando sua vigência e suprimindo ou acrescendo o valor contratual até o limite de 50% (cinquenta por cento).

Registre-se, nesse ponto, que a análise jurídica individualizada dos termos aditivos que tenham por objeto a prorrogação contratual será dispensada desde que a Administração ateste, de forma expressa, que o caso em concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica referencial e adote a minuta padronizada de termo aditivo de prorrogação.

Por fim, cumpre esclárecer que todo o exposto se trata de um parecer opinativo. HELY LOPES MEIRELLES, em sua obra "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Malheiros, ensina:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares a sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, oque subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou."

Este é o parecer, S.M.J.

São Sebastião do Passé/BA, 29 de julho de 2020.

MARTA JANETE FONSECA MIRANDA
OAB/BA 47.351



DESPACHO

Dessarte, pelas razões emanadas da Assessoria Jurídica, as quais opinam pela plena viabilidade da alteração destacada, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ – BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) – LOTE 04., delibero pelo deferimento do termo aditivo, nos termos sugeridos pela Assessoria Jurídica.

Publique-se e Notifique-se a Contratada para assinatura do Termo competente.

São Sebastião do Passé, 26 de Outubro de 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA Prefeito Municipal



MINUTA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº ***.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO nos quantitativos unitários no contrato, nos termos da planilha constante do anexo I deste Termo, no equivalente a 50% do valor originário do contrato firmado entre as partes em XXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

- 2. O valor global do contrato, após acrescido, passa a ser de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXX).
- 2.1 Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de XXXXXX

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

4. A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício de 2020, no montante de RXXXXXXXX (XXXXXXXX), correrá à do elemento de despesa vigente Lei Orçamentária Anual.

UNIDADE: XXXXXXXXX

FONTE: XXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

5. O presente termo aditivo decorre de autorização do gestor municipal da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes,

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

São Sebastião do Passé, 01 de Outubro de 2020

NÁDJA NÁIRA SILVA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE SAÚDE

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO CONTRATANTE

CONTRATADO



and the

Sil

B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2020

O Município de São Sebastião do Passé, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.167.503/0001-06, com sede administrativa na Praça Coronel Luiz Ventura, nº 16, Centro, São Sebastião do Passé - BA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Ilmo. Sr. Prefeito BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA, maior, capaz, residente e domiciliado na cidade de São Sebastião do Passé, assistido pelo Secretária Municipal de Saúde, a Sra. NÁDJA NAIRA SILVA OLIVEIRA e a empresa OFFICERMAQ COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa Jurídica de direito privado, situado na Rua João Thiago dos Santos, nº 279, Centro- Lauro de Freitasi-BA inscrito no CNPJ nº 10.398.142/0001-02, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Aditamento ao Contrato nº 067/2020 de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, aplicado supletivamente às disposições de direito privado e os princípios da teoria geral do contrato, e

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO nos quantitativos unitários no contrato, nos termos da planilha constante do anexo I deste Termo, no equivalente a 50% do valor originário do contrato firmado entre as partes em 18/06/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor global do contrato, após acrescido, passa a ser de R\$ 145.200,00 (Cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais). 2.1 - Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 26/10/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato neste exercício de 2020, até o seu término ou exaurimento do ser objeto, é de R\$ 48.400,00 (Quarenta e oito mil e quatrocentos reais), conforme Anexo I deste Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

4. A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício de 2020, no montante de R\$ 48.400,00 (Quarenta e oito mil e quatrocentos reais), correrá à do elemento de despesa vigente Lei Orçamentária Anual.

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

0606 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 14

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

5. O presente termo aditivo decorre de autorização do gestor municipal da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

6. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.



São Sebastião do Passé, 26 de Outubro de 2020

1º lellia Mortier de Santana

Prefeito Municipal

OFFICERMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS-EIRELI

Contratada

SANTANA:96983 SANTANA:96983159500

159500

VAGNER LEUS DE Assinado de forma digital por VAGNER LEUS DE

Dados: 2020.11.20 15:26:34 -03'00'

Testemunhas:



SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 069/2020

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

PROCESSO Nº 108/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ - BA, RESULTANTE DO ESTADO DE EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)- LOTE 04.

CONTRATADO: OFFICERMAQ COMERCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS EIRELI

VALOR: R\$48.400,00 (QUARENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

UNIDADE: 06.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.6000 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO COVID-19

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSÚMO

FONTE: 14

PRAZO: 42 DIAS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93.

GABINETE DO PREFEITO, EM 20 DE OUTUBRO DE 2020

BRENO KONRAD MEIRA MOREIRA PREFEITO

Beraw ET